

25 ABR 1984

Renegociação, dívida só com apoio popular.

O Brasil precisa romper com o atual sistema de pagamento da dívida externa, de negociações anuais, onde só os juros são pagos. É preciso impor um novo tipo de renegociação, com prazo variável de três a cinco anos, período em que os juros não seriam pagos aos credores, mas incorporados ao principal.

Ao fazer esta sugestão na reunião-almoço de ontem da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), o economista Paulo Nogueira Batista Junior, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, afirmou que somente dessa maneira o País terá condições de se capitalizar e crescer normalmente para enfrentar, no futuro, a questão da dívida externa em melhores condições.

No entanto, Paulo Nogueira salientou que essa imposição unilateral, partindo do governo brasileiro só será possível com o apoio interno de toda a sociedade nacional. De acordo com o economista da Fundação Getúlio Var-



gas "esse apoio popular só será dado a um governo forte, isto é, escolhido livremente pela própria sociedade". Ele considera pouco provável que um governo sem o respaldo popular consiga mudar de atitude com relação à dívida externa.

Paulo Nogueira Batista considera o atual esquema de negociação da dívida externa como nocivo ao País, pois impede o seu crescimento, é penoso para o povo, devido à alta constante da inflação e à recessão que provoca, além de não apresentar solução ao problema a curto prazo. Segundo o economista, sendo mantido este sistema, só neste ano o Brasil pagará cerca de 12 bilhões de dólares de juros e no próximo aproximadamente 13 bilhões de dólares.

O Brasil não tem condições de suportar mais isto. É preciso renegociar a dívida e exigir a redução substancial das elevadas taxas de juros, atualmente em torno de 15% — explicou Paulo Nogueira, prevendo muitas dificuldades na fase III da renegociação da dívida, a partir de agosto próximo.